



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2019 ---

Aos seis do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

O deputado municipal José Francisco Teixeira Lopes, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Jacinta Carvalho Gomes. -----

A deputada municipal Maria João Loureiro Ribeiro, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Silva Miguel. -----

A deputada municipal Sandra Cristina Ferreira Morais, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Paulo Pereira. -----

A deputada municipal Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Avelino Oliveira Silva. -----

Salvo a ausência da senhora Vereadora Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa, encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Face à ausência do Primeiro Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, interinamente, e para esta reunião, a senhora deputada Maria Fernanda Lemos da Cunha, Segunda Secretária da Mesa, para desempenhar as funções



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia e o senhor deputado Artur Silva Miguel para desempenhar as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Pelas dezoito horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

Questionou o público no sentido de saber se alguém se queria inscrever para intervir tendo-se inscrito o senhor Álvaro Silva. -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dar a indicação de que foi anunciado pelo jornal Expresso uma listagem de 190 pedreiras em zona crítica, sendo 8 em Mondim de Basto. Estas notícias saíram após o colapso, que todos recordam, de 19 de novembro de 2018 de um troço na estrada de Borba. Surgiu posteriormente uma notícia da Lusa em que foi definido pelo Governo um plano de intervenção com medidas de identificação. Colocou as seguintes perguntas: o senhor Presidente tem conhecimento destas 8 pedreiras? Qual é a capacidade de intervenção da Câmara nesta situação? O que é que a Câmara fez até ao momento? De seguida, referiu que, relativamente à linha de muito alta tensão, não podia deixar de destacar a pouca repercussão pública que a Câmara tem dado a este assunto. Apesar do município se ter manifestado contra a linha de muito alta tensão pelas graves consequências que poderão advir ao nosso território, não se verificou uma posição veemente e dura para que fossem evitadas as consequências negativas para as nossas populações. Não havendo a barragem do Fridão, considera que esta linha servirá apenas para transportar energia vinda de outras barragens localizadas noutros concelhos, não havendo qualquer vantagem e lucro para o nosso concelho. O impacto visual vai ser enorme, a saúde pública vai ter um enorme custo causando sérios e graves prejuízos. Além do mais, esta linha vai ferir um ativo turístico deste concelho, nomeadamente o campo do Seixo e uma parte da encosta da Senhora da Graça. Aproveitou a sua intervenção para alertar que os resguardos de segurança no PR3 das Fisgas de Ermelo apresentam falhas de manutenção, alguns pilares destes resguardos estão soltos, outros abanam, não oferecendo condições de segurança. Aproveitou também para salientar a degradação das estradas municipais – Campanhó, Paço, a Barca em Atei e as ruas na vila. De seguida, e uma vez que está previsto o avanço das obras de saneamento na freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

São Cristóvão, questionou se na intervenção dos passeios para Vilar de Viando foi tida em conta a concertação entre o saneamento e a construção dos passeios. Questionou se o senhor Presidente confirmava se o saneamento vai passar na estrada sem mexer com a estrutura dos passeios. Por fim, questionou se todas as obras relacionadas com os prédios amarelos estão concluídas, nomeadamente os contadores de luz e água. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que queria aproveitar este momento antes da ordem do dia para colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara. Através da informação que lhes foi entregue sobre a atividade do município, verifica-se que o senhor Presidente esteve reunido recentemente com o Ministro do Ambiente e da Transição Energética pelo que questionou se o senhor Presidente tinha alguma novidade ou esclarecimento sobre a barragem do Fridão ou a linha de muito alta tensão. Outra questão que gostava de colocar tem a ver com o evento Salto da Graça. Há pouco mais de um ano, o Salto da Graça era dado pelo executivo como um caso de sucesso, tendo inclusive sido anunciado publicamente o seu regresso em 2019. Tendo em conta o dia de hoje, questionou o senhor Presidente se ainda se realizará. De seguida solicitou informações sobre o estado da execução do Orçamento Participativo de 2019, recordando que na Assembleia Municipal de setembro lhes foi dito pelo senhor Vereador Nuno Lage que já tinha sido adjudicada a sua execução e que em breve estaria prevista a inauguração, pelo que questionava qual é o ponto de situação. Por fim, referiu que recentemente surgiu na imprensa nacional o nome do município referenciado sobre dois processos em investigação e gostava de aproveitar a oportunidade para, no local próprio, questionar o senhor Presidente sobre essas duas situações. Por um lado, e no âmbito da operação designada Eter, questionar se foi alguém do município ouvido e se foi constituído arguido no âmbito deste processo e, na sequência dum esclarecimento que o município publicou sobre a negação de que algum membro do executivo ou vereador ou até algum técnico tivesse participado numa alegada viagem à Turquia e tendo em conta que não viu por parte do jornal que publicou essa notícia qualquer nota sobre aquilo que foi comunicado pelo município, questionou se foi tomada alguma diligência por parte do executivo para honrar o bom nome do município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões colocadas. Começando pela intervenção do senhor deputado Fernando Silva referiu que as 190 pedreiras resultam de um levantamento feito pelo Governo, que fez um plano de intervenção, em que estavam pedreiras de todo o país e as oito pedreiras do município que foram registadas já estão sanadas. Está-se a falar de situações de segurança, falta de sinalização ou de resguardo dessas pedreiras cujos proprietários foram notificados para corrigir essas situações dentro do prazo estabelecido e a informação que tinha é que, no caso de Mondim de Basto, não há nenhuma pedreira que esteja em incumprimento. Mas também acrescentou que o município não tem nenhuma intervenção nesse processo a não ser a prevenção que é colaborativa com as autoridades. Relativamente à linha de muito alta tensão, esclareceu que houve, ao contrário do que o senhor deputado referiu, pressão veemente e dura da Câmara ao ponto de obrigar o Governo a suspender o PDM para fazer a obra. Aquilo que o senhor deputado disse contraria exatamente aquilo que a Câmara tem feito. A Câmara fez um trabalho muito correto, um trabalho rigoroso que resultou numa tomada de posição do Conselho de Ministros que tem a ver com a suspensão do PDM que é o ultimo recurso que o Estado tinha para obrigar o município a construir a linha de muito alta tensão. Relativamente aos resguardos de segurança, admite que haja um ou outro problema e o executivo está preocupado com essas situações. Sobre a questão da degradação das estradas, referiu que o senhor deputado apontou três estradas, mas que há dezenas de estradas, portanto quando o senhor deputado diz que “as estradas estão degradadas”, deveria dizer que “algumas estradas do concelho estão degradadas” porque todas as outras estão em bom estado. Isto significa que essas estradas terão que ser reparadas quando houver disponibilidade financeira para o fazer. Não é por descuido nem por incompetência mas sim por falta de dinheiro. O executivo anda pelo concelho e também não gosta de ver algumas estradas em mau estado pelo que também tem essa preocupação. Relativamente à questão do saneamento e se a intervenção é feita nos passeios ou na estrada, referiu que era uma questão técnica e que não estava em condições de responder mas depois poderia ver com os serviços o projeto em pormenor. Mas não deixou de referir que sendo duas obras financiadas não têm de coincidir no tempo. Muitas vezes, a conciliação do tempo das obras não é possível, não por vontade da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Câmara mas, muitas vezes, porque os calendários das candidaturas não coincidem. Há situações que podem por vezes parecer anormais mas que resultam exatamente dessa situação. Relativamente às obras do bairro social, a informação que tem é que estão concluídas, tecnicamente estão feitos os autos de medição, a obra não está encerrada porque só encerra passado algum tempo. Relativamente às perguntas do senhor deputado Bruno Ferreira, referiu que teve uma reunião com o senhor Ministro do Ambiente, foram falados vários assuntos, e que sobre a questão da barragem não tem mais nenhuma informação além daquela que é do conhecimento público. Referiu que iria pedir aos senhores vereadores Paulo Mota e Nuno Lage para responder às questões colocadas pelo senhor deputado Bruno Ferreira sobre o Salto da Graça e sobre o Orçamento Participativo. Relativamente aos dois processos referidos, esclareceu que o processo Eter tem a ver com a questão do Turismo Porto e Norte e que há vários municípios que estão nesse processo, que são os municípios que tiveram a instalação de lojas interativas e Mondim também apareceu na comunicação social e foram ouvidos técnicos do município no âmbito desse processo. Não há mais nada do que isso. Relativamente à viagem a Istambul, estranhou pois nunca esteve em Istambul nem nenhum dos vereadores e quando perguntou se alguém tinha estado em Istambul a única que respondeu afirmativamente foi a senhora Vereadora Teresa Rabiço mas que tinha ido às custas dela. Salientou que não conhecia ninguém do executivo, nenhum funcionário da Câmara (disse isso na comunicação social e diz aqui) – e portanto estranha esta pergunta – que tenha estado em Istambul ao serviço ou em representação da Câmara Municipal. Não tem conhecimento que ninguém tenha estado lá, se estiveram podem ter estado noutras circunstâncias que não lhe compete a si avaliar. Ao serviço da Câmara não esteve ninguém que tenha tido conhecimento antecipado é o que pode garantir e está em condições de o garantir. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que sobre o Salto da Graça e a questão que foi colocada sobre a possibilidade de ele ainda se vir a realizar em 2019 está claro para todos que este ano, com muita pena nossa, não haverá Salto da Graça. Elogiaram de facto o evento mas não foi só o executivo, ele foi, de alguma forma, elogiado por uma grande parte das pessoas como tendo sido um excelente evento, mais que não seja pelo contributo que deu à promoção do concelho. Referiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que hoje mesmo tiveram uma reunião com alguns dos parceiros do Salto da Graça e está-se a tentar reunir condições para, pelo menos, ter uma edição bianual e ver se ela se realiza em 2020. A não realização deste evento é muito simples: ao contrário do que muitas vezes possa transparecer, o orçamento da Câmara ainda se defronta com muitas dificuldades, nomeadamente ao nível corrente, e o Salto da Graça foi um evento que em 2019 foi financiado no âmbito de um programa comunitário. Há prioridades que têm de ser definidas e neste caso não foi possível durante o ano de 2019 realizar o Salto da Graça mas o executivo está empenhado em tentar reunir as condições para, pelo menos, ter uma edição deste evento em 2020. -----

O senhor **Vereador Nuno Lage** usou da palavra para dizer que relativamente à questão colocada sobre o Orçamento Participativo Jovem é certo que na última Assembleia referiu que já estava adjudicada a obra mas esclareceu que o percurso sofreu um ligeiro atraso por causa das pinturas, ou seja, o tempo não permitiu que as pinturas fossem efetuadas, estando neste momento a ser terminado porque esta semana o tempo assim o permitiu. No que se refere à inauguração, salientou que vai ser difícil inaugurar porque o proponente neste caso pediu que o percurso passasse no rio e acontece que o rio subiu e portanto é difícil lá passar neste momento. Concluiu dizendo que a execução do projeto está já concluída porque o tempo esta semana melhorou. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para, em primeiro lugar, e porque se está numa quadra festiva, desejar publicamente a todos os presentes e a esta casa os votos de boas festas e a todos os mondinenses. Aproveitou para lançar um repto, uma proposta, uma ideia ao senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa de que nesta data natalícia se promova um jantar / convívio extensível a todos os membros desta Assembleia, promovendo assim a região, o concelho, a sociedade, mas acima de tudo o comércio local, nomeadamente a restauração. E foi pela restauração e comércio que começou dando as boas vindas à reabertura do restaurante Transmontano. O concelho precisa de muitos mais como este empreendedor, irá dar o seu apoio ao negócio e, na primeira oportunidade, irá visitar e provar as suas especialidades, uma vez que foi convidado. Já que estava a falar de comércio, questionou se esta Câmara tem noção de quantos comércios e serviços já encerraram só neste ano civil. Referiu que fez uma visita a quase todos os comércios e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

todos eles são unânimes em dizer que cada vez têm mais dificuldades no seu negócio. Referiu que tinha perguntado a todos eles se para o negócio a mudança dos dias da feira foi ou não mais vantajosa para esse comércio e todos eles foram unânimes a dizer que preferiam a feira nos dias 2 e 22, cumprindo-se uma tradição, alguns até sugeriram que a feira fosse reposta no local anterior. Acrescentou que foi em tempos defensor que a feira devia ser onde hoje é feita porque se fez a obra e que se devia rentabilizar esse mesmo investimento mas que hoje era completamente contra a mudança dos dias da feira e aproveitou para se associar aos comerciantes que também defendem trazer novamente a feira para os dias 2 e 22 e para o local que estava definido. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que o que o trazia aqui era um assunto que já abordou numa assembleia e que tem a ver com a questão do impasse da barragem do Fridão. Queria saber se há desenvolvimentos relativamente a esta situação até porque não podem deixar de sentir que as condicionantes que estão impostas aos terrenos e que estão na proximidade condicionam, e muito, os referidos proprietários. Gostaria de saber se há novidades e se há algum desbloquear relativamente a esta situação. Por fim, referiu que tinha passado há dias para a Serra e viu que estavam a fazer ali obras no alargamento da própria estrada e notou que há ali um conjunto de muros de suporte que estão feitos. A pergunta que colocou é se estes muros de suporte estavam ou não previstos. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que não tinha muito a dizer até porque o estilo do senhor deputado Torcato de Moura foi demasiado gastronómico e registou com agrado um jantar de natal para se darem todos bem e se conhecerem melhor. Também registou com agrado que o senhor deputado começou a campanha pois já deu a volta aos comércios. Referiu que não sabe quantos comércios fecharam mas ficou agora a saber que abriu um novo. Mas acrescentou que se há setor em Mondim que funciona bem e muito melhor do que há uns anos atrás é o da restauração. Sobre a mudança dos dias de feira e a feira cá para cima, referiu que esta questão é recorrente e que o que pode dizer é que se daqui a uma década ou daqui a meia dúzia de anos essa questão estiver em cima da mesa e o executivo que estiver em funções equacionar isso como melhor para a feira, para a vila e para o comércio, não vê mal nenhum pois a sociedade é dinâmica. Referiu que o executivo anterior quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

projetou a feira e o novo espaço fê-lo num determinado contexto. Hoje, com menos gente, menos feirantes e com uma dinâmica diferente de fazer a feira acha que é uma discussão que nos próximos anos deve ser feita, mas não de imediato. É uma daquelas questões que deve ser refletida. Relativamente à questão da barragem colocada pelo senhor deputado Fernando Silva, informou que não tinha mais nenhuma informação além daquela que foi prestada pelo Ministro do Ambiente no Parlamento. Sobre a questão do alargamento da estrada e muros de suporte, esclareceu que aquela intervenção que está a ser feita da vila até à Serra tem muros de suporte que foram feitos pelos proprietários, há outros que foram feitos no âmbito da obra da rede periurbana de passeios e esses foram financiados, fazem parte da obra, e há outros muros que foram feitos pelo município, numa outra empreitada, no âmbito do alargamento da estrada. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 16 de setembro de 2019 -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 16 de setembro de 2019 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa.** -----

2.2- Aprovação da ata da reunião de 15 de outubro de 2019 -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 15 de outubro de 2019 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa.** -----

2.3- Grande Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020 -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para, antes de colocar as suas questões, apresentar duas notas prévias sobre este ponto. Por um lado, tendo em conta a cordialidade e a forma construtiva com que decorreu a reunião em que esteve o PSD conjuntamente com o executivo antes da preparação deste documento, acha que deve ser realçado o tom e o teor com que a reunião aconteceu, e depois também o facto de lhes ter sido enviado o documento com alguma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

antecedência porque assim permitiu uma análise mais cuidada do documento. Quanto ao documento em si, referiu que tinha algumas questões a colocar ao senhor Presidente. A sua primeira questão tem a ver com o facto de que no Plano Plurianual de Investimentos que lhes foi entregue haver seis projetos em que é indicado que serão submetidos em 2019. Compreendendo a data da realização do documento mas também a data de realização da assembleia, gostava de questionar, desses seis projetos, qual é o ponto de situação, se em algum caso a candidatura já foi submetida ou se ainda será durante o ano de 2019. Quanto ao orçamento, referiu que este executivo os tem habituado a analisar os documentos com alguma prudência tal tem sido a diferença entre o cabimento inicial e o cabimento final dos orçamentos, e o último é um bom exemplo pois não só não foram reforçadas aquelas rubricas de 100 Euros que tanto enfatizaram na discussão do orçamento para 2019, como também houve uma diminuição superior a 1.500.000 Euros na revisão que foi trazida a esta Assembleia. De seguida colocou as seguintes questões ao senhor Presidente da Câmara. Relativamente à receita corrente verifica-se um aumento de 47.000 Euros de rendas de concessão à EDP e portanto passamos de 219.000 para 266.000 Euros. Gostava que o senhor Presidente os pudesse esclarecer sobre este aumento. Relativamente à despesa corrente, na rubrica de titulares de órgãos de soberania e membros autárquicos, há um aumento superior a 30.000 Euros – passa de 80.000 para 110.000. Tendo em conta o valor e também a percentagem desta rubrica gostava que o senhor Presidente prestasse um esclarecimento. Verifica-se também, ainda no âmbito da despesa corrente, na rubrica alimentação escolar um aumento de 12.000 Euros, passando de 60.000 para 72.000 Euros. Considerando que o número de alunos tem diminuído questionou o porquê deste aumento significativo. Por fim, ainda no âmbito da despesa corrente, na rubrica de freguesias há uma diminuição de 62.000 para 36.000 Euros. Gostava também que o senhor Presidente pudesse esclarecer sobre esta diminuição -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que não ia discutir o orçamento pois este era quase um copy paste do orçamento de 2019. Referiu que o CDS-PP, à semelhança do PSD, também foi chamado a uma reunião para apresentar as suas propostas mas nenhuma delas está no orçamento. Aproveitou para destacar algumas das propostas apresentadas pelo CDS-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

PP: acessibilidades – benefício da estrada municipal do Fojo; urbanismo – reformulação do trânsito da vila de Mondim; ambiente, resíduos e saneamento – destacou que ainda falta água no concelho, ativação da Eta; ação social – implementação de uma medida para o apoio de arrendamento jovens casais; Saúde – implementar uma unidade de saúde móvel que percorra o concelho com vista ao apoio ao domicílio da saúde; educação – implementar uma equipa multidisciplinar para combater o insucesso escolar; reformular o conceito da Feira da Terra; reabilitar a Casa da Igreja; reabilitar o Mercado Municipal. Terminou dizendo que o CDS-PP acha que estas medidas deviam estar refletidas no orçamento. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que seria melhor o senhor deputado Bruno Ferreira enumerar os projetos que anteriormente referiu para dar explicação adequada. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que os projetos que são apresentados como sendo submetidos ainda em 2019 são a Casa de Memórias de Ermelo, a valorização das quedas do rio Cabrão, a requalificação dos espaços públicos da urbanização da Reta da Pena, um na área social e cultural, a ampliação da rede de saneamento e construção de Etar de Atei e a valorização do miradouro das Físgas de Ermelo. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que o projeto Cultura Para Todos foi submetido, o projeto Miradouro das Físgas foi submetido, o projeto Casa de Memórias de Ermelo será submetido posteriormente, as quedas do rio Cabrão, o Proder ainda não abriu mas será submetido, a regeneração da Reta da Pena uma parte foi submetido e o alargamento da rede de saneamento da freguesia de Atei até ao final do ano será submetido. Quanto às outras questões colocadas pelo senhor deputado Bruno Ferreira referiu que quanto à alimentação escolar quase lhe apetece dizer que se há aumento de despesa é porque as crianças vão comer melhor mas pediu à Dra. Susana Mota para o esclarecer. Sobre a questão da concessão das rendas da EDP, referiu que é um valor que recebem da EDP e tiveram que transpor esse valor para o orçamento. Relativamente aos titulares de órgãos de soberania esclareceu que há aqui uma questão que não está ainda resolvida que tem a ver com a situação da senhora Vice-Presidente e o que está no orçamento é uma previsão pois a senhora Vice-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Presidente neste momento não está a auferir qualquer vencimento da Câmara mas apenas a reforma mas há uma questão que ainda não está resolvida com a Caixa Geral de Aposentações e portanto, por precaução, está esse valor no orçamento mas pode não se concretizar esse aumento de despesa. Relativamente à alimentação escolar, essa foi a informação que foi fornecida pelos serviços da Câmara à Divisão Administrativa e Financeira que era preciso um reforço, presume que seja para as crianças comerem ainda melhor. Sobre as freguesias pensa que terá sido também a informação dos serviços mas isso não significa que vá haver menos investimento nas freguesias. Relativamente às questões do senhor deputado Torcato de Moura referiu que de facto o CDS-PP teve uma reunião com o executivo e aquilo que o CDS apresentou foi mesmo um copy paste do ano passado e não são propostas para um orçamento mas sim uma cópia do programa eleitoral do CDS. O documento do CDS-PP tem oito páginas. O PSD apresentou duas páginas. Considera que o documento apresentado é um programa eleitoral, cheio de intenções e passou a exemplificar lendo um parágrafo: «A melhoria das condições do ecossistema industrial e empresarial no concelho, especificamente as ações que culminem no reforço da capacitação empresarial em áreas como a floresta, o granito, o vinho e o vinho verde». Percebeu que seria investimento na capacidade empresarial e isso está a ser feito. Por exemplo, o Mondim Coopera fez investimento na floresta, especificamente no granito, na capacitação dos agentes locais do comércio, do mercadinho rural, do vinho verde. Mas aquilo que achou mais curioso, e acha que merecia uma explicação, é uma das propostas do CDS, das oito páginas, uma das curiosidades é onde diz “construção de capelas mortuárias através da aplicação de parte da receita do IMI”. Entendeu que o grande objetivo do CDS-PP é pegar na receita do IMI e fazer capelas mortuárias. A sua pergunta é porque é que se devem fazer capelas mortuárias com a receita do IMI e não com outra receita qualquer. Que relação é que tem o IMI com as capelas mortuárias? Confessou que não percebeu e acha isto de uma gravidade extrema. Terminou dizendo que a proposta e o grande objetivo do CDS-PP se resume à construção de capelas mortuárias através da aplicação de parte da receita do IMI. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para defender a honra dizendo duas notas. A primeira é que não esteve presente nessa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

reunião em que o CDS foi levar as suas propostas mas acha um bocado indigno o facto de o senhor Presidente pegar no programa eleitoral de um partido de uma forma achincalhada de poderes. Claro que há um conjunto de medidas mas há questões que são importantes, a questão da saúde em Mondim de Basto é uma questão importante. Claro que quando o seu colega faz referência ao programa e às opções políticas refletidas no orçamento, que são as opções políticas do Partido Socialista, nós respeitamos. Mas quando faz essa alusão à forma como as questões forma colocadas pergunta: a Câmara não tem o dever de criar dinâmicas na economia do concelho, chamar os empresários e aproveitar as áreas do granito, as áreas da floresta, para poder ver se este concelho ganha alguma dinâmica porque ele realmente está numa situação de enfraquecimento? O que é que a Câmara fez? Terminou dizendo que não participou nessa reunião mas muitas destas questões seriam questões importantes que não estão refletidas no orçamento. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que está nisto há dois anos, a subir a este palanque, e o senhor Presidente está há vinte e qualquer coisa anos mas recordou que o Partido Socialista ganhou esta Câmara à custa da Casa da Igreja. E o que fez esta Câmara? Zero. Está a cair aos bocados. O CDS-PP pediu uma audiência à Câmara Municipal, que foi concedida, e constataram que a Casa da Igreja está a cair. Puseram essa casa à venda e agora andam atrás de um investidor para pôr lá um setor do turismo. Quanto à questão se o dinheiro da receita do IMI vai para a casa mortuária ou não, o que interessa é que as casas mortuárias sejam feitas porque fazem falta. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Grande Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020 que foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e cinco votos contra.** –

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que tinha feito referência ao documento entregue pelo CDS-PP mas que não deixa de notar que o documento que foi entregue pelo PSD tem praticamente tudo o que consta no seu documento no orçamento portanto estranha que se vote contra o orçamento quando se propõem medidas que estão na sua maioria refletidas no orçamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para fazer a declaração de voto contra do PSD pois o PSD abordou o orçamento e o plano plurianual de investimentos com a maior responsabilidade e seriedade. Uma vez mais, e mesmo não sendo um orçamento do PSD, apresentaram durante o período de elaboração do documento um conjunto de propostas válidas e importantes para o concelho e para os mondinenses, nomeadamente nas áreas fiscal, emprego, saúde, empreendedorismo, desporto, juventude, indústria, economia, acessibilidades, educação e desenvolvimento de todo o território. Além das propostas apresentadas, afirmaram a importância de ver concretizada em 2020 a execução de investimentos já anunciados, previstos e adiados em orçamentos anteriores. São exemplo as obras de reabilitação da Escola Secundária, que vão já no quarto orçamento, onde o investimento é contabilizado e considerado e ainda não se conhece um metro de obra. O documento que este executivo apresentou, os destaques de plano de atividades, são mais do mesmo, não havendo qualquer medida que não conste já dos planos anteriores. No plano plurianual de investimentos continua adiado o alargamento da segunda fase do cemitério, adiado o reforço de investimento no abastecimento de água do concelho, adiada a construção da casa mortuária, adiada a requalificação do relvado do Estádio Municipal, adiada a construção da pista de downhill, adiada a valorização do Castro Castroeiro ou adiada a construção da nova ligação de Pardelhas ao Alto Velão. Isto tudo são exemplos de projetos que já constavam em orçamentos anteriores deste executivo. Mas fica também adiada uma solução para a reabilitação do mercado municipal, adiada a dinamização e o alargamento da Zona Industrial ou a criação de uma nova, adiada a redução de impostos, adiadas as intervenções nos polidesportivos das freguesias, adiado o apoio ao empreendedorismo e a criação de uma incubadora de empresas, adiada a atribuição de apoio aos estudantes do ensino superior ou adiada a promessa de uma década para a implementação do serviço da unidade móvel de saúde. A responsabilidade e a seriedade da nossa atuação política obriga-nos a esclarecer que, e naturalmente, nem tudo o que está plasmado neste orçamento e plano plurianual de investimentos é negativo. Podia, sim, ser diferente e é essa a diferença que nos separa. Assistimos, uma vez mais, a uma previsão de exercício municipal de gestão corrente, incapaz de inovar ou dinamizar o concelho. O desenvolvimento do concelho não pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

continuar a ser adiado. O PSD, consciente dos desafios do concelho, no presente e no futuro, perante a incapacidade de respostas patentes neste orçamento, e porque acredita numa estratégia alternativa, vota contra as grandes opções de plano e orçamento. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para fazer a declaração de voto contra do CDS-PP porque este não é o orçamento do CDS-PP, é o orçamento deste executivo, é o orçamento da maioria do PS. E o CDS vota contra porque é um orçamento desacreditado, é um orçamento só, e só, para inglês ver. É um orçamento que congela mais um ano o desenvolvimento do nosso concelho, um concelho cada vez mais pobre, cada vez perde mais pessoas, cada vez perde mais comércio e serviços. Este orçamento não traduz nada de novo a quem cá vive. -----

2.4- Autorização para prestação de garantia bancária a favor das Infraestruturas de Portugal, S.A. para efeitos de obtenção de licenciamento para a realização da empreitada denominada “Ampliação da Rede de Saneamento da Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto” e aprovação da assunção do compromisso plurianual da presente garantia bancária com repartição de encargos para os anos de 2019 a 2023 -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Autorização para prestação de garantia bancária a favor das Infraestruturas de Portugal, S.A. para efeitos de obtenção de licenciamento para a realização da empreitada denominada “Ampliação da Rede de Saneamento da Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto” e aprovação da assunção do compromisso plurianual da presente garantia bancária com repartição de encargos para os anos de 2019 a 2023** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.5- Autorização para contratação de um empréstimo de médio / longo prazo destinado ao financiamento da obra denominada “Beneficiação do troço de Estrada Municipal CM 1200 e instalação de guardas de segurança na rede viária municipal” -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Autorização para contratação de um empréstimo de médio / longo prazo destinado ao financiamento da obra denominada “Beneficiação do troço**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de Estrada Municipal CM 1200 e instalação de guardas de segurança na rede viária municipal” que foi aprovada por unanimidade. -----

2.6- Autorização para contratação de um empréstimo de médio / longo prazo destinado ao financiamento da obra denominada “Loteamento da Urbanização do Pinhal da Telha- 1ª Fase” -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que esta proposta veio novamente a esta Assembleia porque só houve duas propostas de dois bancos a propor o financiamento quando deviam ser três. E mais uma vez o CDS vai votar contra. Questionou qual será o valor atribuído a cada fração, a cada lote, que terá sido certamente calculado por esta Câmara. Pois veja-se: o custo de aquisição dos terrenos mais o investimento que se está agora a conceder de 710.000 Euros (1ª fase) mais a 2ª fase de mais ou menos 240.000 Euros mais a especulação imobiliária, que poderá ser positiva ou negativa dependendo da época em que vão ser negociados os lotes, mais o possível congelamento desse impasse, venda ou não venda face ao seu tempo, perguntou qual será o valor médio de lote e se há possíveis interessados para esses mesmos lotes. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que ficaram a saber que o CDS-PP é contra a Urbanização do Pinhal da Telha. Referiu que isto que está aqui é apenas as infraestruturas da área, não se está a falar de preços de lotes. Entende que o senhor deputado Torcato de Moura é incoerente naquilo que diz: há dois minutos atrás dizia que é preciso criar dinâmica e quando se cria dinâmica com investimento, infraestrutura-se um terreno para construir casas, atrair pessoas isto é o quê? O senhor deputado e o seu partido têm todo o direito de ser contra mas o que se está aqui a aprovar agora é o empréstimo para criar infraestruturas e só depois é que serão vendidos os lotes, será definido um preço e se há interessados ou não é uma questão de mercado. Ninguém faz uma urbanização a pensar que vai vender tudo. Essas perguntas que o senhor deputado colocou serão noutra fase posterior que não esta. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que voltava a colocar a questão a que o senhor Presidente tão sabiamente foge. Quando se faz um loteamento fazem-se infraestruturas, dá-se condições para as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

peessoas comprarem os lotes, mas sabe-se de antemão que aquele lote vai custar x, e é isso que pergunta. Os mondinenses têm que ter a ideia do valor do lote. Não seria viável, nós, mondinenses, em vez de estarmos a investir os 710.000 Euros nas infraestruturas mais 200.000 Euros na 2ª fase investir noutras áreas, como por exemplo no mercado municipal? E até poderíamos fazer o empréstimo para as casas mortuárias e já não iríamos buscar as receitas do IMI. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que se trata apenas de uma questão de coerência e que quando se fala que é preciso investimento e depois se seguem os passos que conduzem a esse investimento e se questiona se o lote vai custar x ou y, é apenas uma questão de coerência. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Autorização para contratação de um empréstimo de médio / longo prazo destinado ao financiamento da obra denominada “Loteamento da Urbanização do Pinhal da Telha- 1ª Fase”** que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor e dois votos contra. -----

2.7- Receitas Municipais – Definição da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2020 -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que sobre a definição das taxas de IMI não deixava de reconhecer que elas estão nos valores mínimos. Todavia continua a não estar contemplado aqui a questão do IMI familiar. Gostaria só de sublinhar que numa altura em que a receita do IMI aumentou, e bem, e que assistem a uma perca da população (é verdade e visível), mesmo que a aplicação do IMI familiar abrangesse, na sua opinião, apenas ¼ das famílias mondinenses, tal medida, por mais pequena que fosse, seria um contributo positivo para quem cá reside. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que o município tem mantido uma política no sentido de diminuir o IMI para a taxa mínima pelo que, desse ponto de vista, todas as famílias que são proprietárias de imóveis têm essa redução para todos. Sobre a questão da perda de população, e por acaso sabia que essa questão que é recorrente ia ser colocada, referiu que esteve no congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses onde foi distribuído um documento sobre o mapa do país com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

os concelhos que entre 2011 e 2017 perderam população e os que ganharam. Dos 308 municípios, 270 perderam população. Portanto esta ideia de que o IMI familiar ou outras medidas podem evitar esse problema, se assim fosse, o país não estaria nesta situação. É importante que de uma vez por todas se abandone essa crítica ao executivo da perda de população quando isto acontece em 270 municípios. É um problema que tem uma escala nacional e que, infelizmente, tarda e não sabe se haverá medidas para combater esta situação. Essa relação entre o IMI familiar e o contributo para a diminuição da perda de população é uma questão que não está provada e que este documento diz exatamente o contrário. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Receitas Municipais – Definição da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2020 que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor e duas abstenções.** -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para fazer a declaração de voto PSD no sentido da abstenção porque, não obstante concordarem com as taxas mínimas do imposto municipal sobre imóveis, gostariam de ter visto vertido nesta proposta o IMI familiar tal como propuseram na reunião antecedente à preparação do orçamento. -----

2.8- Receitas Municipais – Definição da taxa de IRS para o ano de 2020 -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que defende que a autarquia devia abdicar de uma parte desta percentagem. O seu argumento, de alguma forma, é que hoje, mais do que nunca, há funcionários públicos e uma classe média empobrecida que declara rendimentos e é taxada com todos os impostos e serviços, que investem na terra, com poder de compra cada vez mais limitado, ao contrário de uma economia clandestina que sobrevive e evasões fiscais não declaradas. Não será esta uma medida justa e corretiva do ponto de vista social, para rendimentos médios? Veja-se que alguns poucos acima do ordenado mínimo já pagam IRS, face às despesas e encargos que assumem nos mais variáveis indicadores da economia perante um outro número que não paga IRS. Considera que há fatores corretivos que poderiam ser feitos e que não agravam a receita da autarquia. Esta tem de servir para melhorar e dar melhores condições aos seus fregueses e não está a fazê-lo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nos serviços que não oferece. Concluiu com uma questão que tem a ver com a economia e partilhou informações que são fornecidas pela Pordata e que realmente mostram que o concelho de Mondim ao nível da economia tem vindo a decrescer. Considerando nos quatro concelhos de basto temos Cabeceiras a liderar, subiu vinte e nove lugares do ano de 2007 até 2017, Mondim mantinha o segundo lugar desde 2007 e em 2017 passa para o terceiro lugar, subindo Ribeira de Pena para o segundo lugar. Ribeira de Pena subiu dezassete lugares desde 2007. Celorico mantém o quarto lugar. Com o estado crítico em que se encontra a economia de Mondim, e os indicadores da Pordata revelam de alguma forma uma tendência, entende que seria justo a Câmara abdicar de uma parte desta receita. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que não deixa de notar que o exercício de gestão do CDS é um exercício contraditório. Apresentam oito páginas de investimento em que tudo somado deve dar cinquenta ou sessenta milhões de euros e depois do lado da receita corta-se tudo. Corta-se tudo da receita e aumenta-se a despesa. Está-se mesmo a ver onde é que isto ia parar. Relativamente aos dados que o senhor deputado apresentou referiu que também tinha dados para a apresentar: índice do poder de compra que vem no Jornal de Notícias. Neste documento Celorico vem em quarto lugar como concelho mais pobre e não aparece Mondim. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se o senhor Presidente está satisfeito com o estado do concelho. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que infelizmente o concelho tem muitos problemas, e alguns não dependem do executivo, mas há pouco quer o CDS-PP quer o PSD vieram ali falar numa realidade que não existe. A pergunta que faz é: os senhores têm andado pelo concelho? Fizeram aqui o registo dos investimentos que estão a ser feitos em Mondim? Para responder à pergunta do senhor deputado, referiu que nunca ninguém está satisfeito, nós devemos ser inconformáveis por natureza, mas referiu que estava muito confortável porque, dentro daquilo que são os recursos que a Câmara tem, a Câmara está a fazer uma gestão notável e isto não é apenas obra do executivo, mas também de todos os técnicos, de todos os dirigentes da Câmara, de todos os presidente de junta e de todos os mondinenses, que estão a fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

algo realmente notável e que é reconhecido fora de Mondim. Está-se a fazer obra reduzindo a dívida. Mas isso aqui não é dito. Terminou dizendo que estava muito confortável e muito orgulhoso da gestão que se está a fazer e que o retrato do concelho não é esse que estão a pintar. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Receitas Municipais – Definição da taxa de IRS para o ano de 2020 que foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e cinco votos contra.** -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para fazer a declaração de voto contra do PSD que se justifica com a proposta que apresentaram em audição prévia ao orçamento em que defendem que a taxa de IRS deveria ter sido alvo de uma descida. -----

2.9- Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2020 -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Receitas Municipais – Fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2020 que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.10- Coordenador municipal de proteção civil (CMPC) — Atribuição de despesas de representação -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Coordenador municipal de proteção civil (CMPC) — Atribuição de despesas de representação que foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e cinco abstenções.** -----

2.11- Candidatura ao PDR 2020 – Operação 10.2.1.6. – “Renovação de Aldeias” – Criação da “Rota das Memórias de Ermelo” - Declaração de reconhecimento de interesse para as populações e para a economia local -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que relativamente a este ponto era a favor mas gostava de salientar que não têm de pensar todos da mesma forma. Referiu que esta candidatura é o resultado do desdobramento de uma outra obra já prevista nas grandes opções do plano para 2019.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

É um facto que o concelho precisa de investir no turismo mas pede é que as coisas não passem de ano para ano e esta obra não volte outra vez a aparecer no próximo ano. ----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que queria aproveitar a oportunidade e esclarecer um assunto que tem sido recorrente de que as obras estão em vários orçamentos. Elas têm que estar em vários orçamentos pois, por exemplo, uma obra como a do saneamento básico que tem um prazo de execução de quinze meses tem que estar pelo menos em dois orçamentos. Algumas obras têm que estar em vários orçamentos porque têm um prazo de execução que é superior a um ano. E outras, muitas vezes, estão previstas em determinado ano e não se reúnem as condições para se fazer e passam para o ano seguinte. Noutras situações as obras estão inscritas com a expectativa de conseguirmos obter financiamento e às vezes não o conseguimos. Relativamente a este projeto pediu ao senhor Vereador Paulo Mota que respondesse à questão colocada. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que era expectativa do executivo que isso não volte a acontecer e isto resulta do facto de não controlarem o mapa de avisos. Este aviso abre a 15 de dezembro e têm até ao fim do mês para submeter a candidatura pelo que estarão a partir daí reunidas as condições para que se possa executar este projeto. Se ele ali se manteve e se ele vem dos anos anteriores é porque existia a informação de que iria abrir uma medida no qual este projeto se enquadrava e aguardou-se pela abertura do aviso. Há aqui uma revisitação do conceito e teve esta vantagem de permitir amadurecer as ideias e optou-se por, mantendo o objetivo de interpretação da aldeia de Ermelo, trazê-lo de um edifício para a rua. Portanto vai-se conseguir o mesmo objetivo dinamizando uma rota, convidando dessa forma os turistas a visitar Ermelo na rua ao invés de os colocarmos dentro de um edifício. Aproveitou-se também para visitar o conceito mas no que diz respeito ao projeto é expectativa do executivo, com a apresentação da candidatura, que durante o próximo ano inclusive hajam condições para o executar. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Candidatura ao PDR 2020 – Operação 10.2.1.6. – “Renovação de Aldeias” – Criação da “Rota das Memórias de Ermelo” - Declaração de**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

reconhecimento de interesse para as populações e para a economia local que foi aprovada por unanimidade. -----

2.12- Aprovação do reconhecimento do Interesse Público Municipal – Aditamento - na regularização de atividade extrativa, designadamente de aproveitamento de massas minerais – pedra – “Pavimogege- Empreiteiros de Construção Civil, Lda.” -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que a única questão que lhe urge neste momento fazer é qual é o interesse municipal? Está fundamentado? Há criação de postos de trabalho local? Há compromissos? Que tipo de dinamização traz esta empresa para a economia local por via da legalização desta atividade? Queria que o senhor Presidente da Câmara explicasse qual o interesse municipal. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que não sabia o que responder. Ainda há poucos minutos era necessário dinamizar a criação de empresas e agora o senhor deputado não sabe qual o interesse de uma pedra. Acha que as pedreiras criam postos de trabalho e sustentam famílias inteiras. Mas não consegue responder à pergunta. Que interesse têm as pedreiras no concelho? Não pagam impostos? Não empregam pessoas? Não dinamizam a economia? Não abastecem nos postos de combustível? -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente era hábil em distorcer aquilo que disse pois não referiu que não havia interesse. A questão que está aqui para aprovar é interesse de reconhecimento municipal. Claro que são a favor de todas as empresas que possam vir. Agora imagine-se que a empresa traz todos os trabalhadores de Penafiel – para a economia local zero empregos. Imagine-se que os consumos da empresa vêm todos de fora – qual é o interesse? Referiu que estava a perguntar porque importa saber, quando se reconhece o interesse municipal, até que ponto estão garantidas aqui questões a nível local. É que há muitas empresas que trazem tudo de fora e deixam cá zero. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que o que o senhor deputado acabou de dizer é o que se pode chamar de xenofobia comercial. O vosso discurso é que temos que atrair empresas e quando as empresas vêm são contra as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

empresas? Considera que o senhor deputado está a fazer uma confusão que é quando a Câmara subsidia diretamente uma empresa, e sai diretamente do orçamento da Câmara, aí sim a Câmara deve dizer que financia desde que cumpra as condições definidas porque há uma saída direta de dinheiros do orçamento da Câmara num investimento. Agora quando uma empresa se quer instalar em Mondim e apenas pede à Câmara para reconhecer o interesse municipal isto é ou não é interesse público? Isto não tem qualquer custo para a Câmara. Nunca pensou que se chegasse a esse ponto de pôr em causa a instalação de empresas até porque é absolutamente contraditório com tudo aquilo que foi dito. A sua opinião é que a empresa que se instala dinamiza a economia, traz trabalhadores, se não houver cá em Mondim que os traga de fora, porque isto é que é importante para o concelho e é assim que se dinamiza a economia. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Aprovação do reconhecimento do Interesse Público Municipal – Aditamento - na regularização de atividade extrativa, designadamente de aproveitamento de massas minerais – pedra – “Pavimogege- Empreiteiros de Construção Civil, Lda.”** que foi aprovada por maioria com vinte votos a favor e uma abstenção. -----

2.13- Informação sobre a situação económica e financeira do município reportada a 30 de junho de 2019 -----

Não havendo intervenções, foi deliberado tomar conhecimento da Informação sobre a situação económica e financeira do município reportada a 30 de junho de 2019. -----

2.14- Informação – Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Mondim de Basto na área destinada à implantação da Linha (de Muito Alta Tensão) Carrapatelo - Vila Pouca de Aguiar e estabelecimento das respetivas medidas preventivas -----

Não havendo intervenções, foi deliberado tomar conhecimento da Informação – Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Mondim de Basto na área destinada à implantação da Linha (de Muito Alta Tensão) Carrapatelo - Vila Pouca de Aguiar e estabelecimento das respetivas medidas preventivas. -----

2.15- Informação – Adesão à Central Nacional de Compras Municipais -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, **foi deliberado tomar conhecimento da Informação – Adesão à Central Nacional de Compras Municipais.** -----

2.16- Informação do Executivo -----

O deputado municipal Torcato Jorge Mota Queirós de Moura usou da palavra para salientar que quando os deputados falam são ouvidos e realçou pela positiva um ponto que diz o seguinte “reparação da sinalética rodoviária existente na vila” e que quando se vai falando o executivo vai corrigindo: colocação de uma placa adicional de pesados no lugar de estacionamento junto à Casa do Lago; colocação de um sinal obrigatório na via da Cova; colocação de uma placa adicional de matrícula na Avenida da Igreja para estacionamento. Questionou o senhor Presidente, uma vez que reuniu no passado dia 29 de outubro de 2019 com a senhora Diretora do Instituto Nacional de Conservação e Natureza das Florestas, se esteve em cima da mesa a limpeza do Parque Florestal, questão pela qual se debate. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que não significa que estas tarefas foram feitas por o senhor deputado falar ali. Significa é que os serviços da Câmara e o vereador que está responsável têm um planeamento das tarefas que vão sendo executadas à medida que existem meios. Relativamente à reunião com a senhora Diretora do Instituto Nacional de Conservação e Natureza das Florestas não se lembra o que esteve em cima da mesa mas numa próxima passagem da senhora Diretora ao concelho terá todo o gosto em falar-lhe dessa situação e tem a certeza que ela quererá, tanto quanto o Presidente e o senhor deputado, ter o Parque Florestal em bom estado de conservação e fará uma referência específica ao senhor deputado. -----

2.17- Intervenção do Público -----

Tendo-se inscrito para intervir no final da ordem de trabalhos, usou da palavra o cidadão Álvaro Silva. Começou por dizer que esta região necessita de investimentos e que nem todos são acarinhados ou são vistos com os mesmos olhos. Esclareceu que falava por si que está aqui a investir pacientemente vai fazer quatro anos e (não por causa do executivo) os serviços são muito lentos e retiram a paciência a qualquer investidor porque quem investe quer tirar algum valor daquilo que está a investir. Sinceramente acha que se querem mudar o concelho passava por aí. Acrescentou que não é de cá mas gosta de estar cá mas, sinceramente, desta forma, acha que não vão lá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

porque os licenciamentos emperram sempre no mesmo local, são coisas muito morosas. É verdade que é preciso ter paciência porque os filhos levam nove meses a nascer mas há alguns filhos que demoram muitos meses e chega-se a um ponto que, quando realmente se investe valor num território e se cria empregos, para pessoas que são daqui (no seu caso tem um já contratado que é da zona onde tem o investimento feito e pensa contratar mais duas pessoas) perde-se a vontade. Alertou que esta não era a melhor forma de pôr este território a andar. Por mais coisas que façam vão sempre andar muito devagar nos serviços camarários. Era isto que queria dizer. Terminou dizendo que irá esperar pacientemente pela sua licença mas que era este o seu desagrado que queria mostrar e acha que dificilmente vão encontrar investidores pacientes no concelho porque ou se faz à revelia ou se faz de outras formas ou senão não se faz. Concluiu dizendo que não tinha nada a ver com políticas, estava aqui meramente como um investidor, não tendo nenhum problema com nenhum tipo de político e que o senhor Presidente Humberto Cerqueira sempre o acolheu muito bem assim como o senhor Vereador Paulo Mota e o resto dos serviços mas todos sabem do que fala. Não é do desconhecimento de nenhum de vocês. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para agradecer a intervenção do senhor Álvaro Silva e registou o elogio que fez ao executivo. Referiu que não queria entrar em pormenores mas também não ficaria bem com a sua consciência se não defendesse os serviços da Câmara. Seria fácil, até porque não estão aqui, desancar sobre os serviços da Câmara. Nunca o fez e não é agora que o vai fazer e o princípio é que se há problemas nalguns serviços da Câmara resolvem-se internamente. E com toda a amizade e estima que tem pelo senhor Álvaro Silva acrescentou que não tem essa noção dos serviços de licenciamento. Foi informado que o último processo de licenciamento do senhor Álvaro Silva que entrou na Câmara data de 15 de novembro de 2019, há menos de um mês. E acrescentou que sobre o licenciamento de obras já viu de tudo em dez anos e a maioria daquilo que viu dá razão aos serviços da Câmara. Os serviços da Câmara quando exigem um processo de licenciamento de acordo com a Lei, que muitas vezes são os próprios projetistas que fazem os projetos que não conhecem a Lei, é muitas vezes interpretado como sendo dificuldades e isso tem que se separar. A Lei é de facto exigente mas não lhe parece que se possa aqui discutir nenhum estado de alma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sobre os serviços da Câmara em relação a este ou aquele. O que pode dizer é que se algum dia, enquanto estiver à frente do município, tiver a prova e a certeza de que os serviços da Câmara não atuaram com isenção ou rigor ou com o cumprimento da Lei será o primeiro a atuar na defesa do município mas também não pode ser demagógico e dizer aqui que os serviços da Câmara não estão a cumprir o seu papel. Está convencido que este é um problema do país, não é um problema da Câmara de Mondim. De facto os processos de licenciamento demoram algum tempo. É verdade que a economia cresceu e há muitos processos de licenciamento e a Câmara não tem capacidade de resposta, não é culpa dos serviços da Câmara. Admite que numa situação ou outra, onde nós temos intervenção, possa haver aqui ou acolá algum excesso de zelo que nós tentamos muitas vezes temperar, chamar à atenção, mas não há, e rejeita completamente, da parte dos serviços da Câmara qualquer obstáculo em relação aos investidores. Pelo contrário. Terminou dizendo que não queria falar do caso em concreto mas que tinha toda a disponibilidade na próxima semana para receber o senhor Álvaro Silva no seu gabinete para esclarecerem esta situação. Lamentou não fazer nenhum comício contra os serviços da Câmara mas não é esse o seu papel. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 21 de fevereiro de 2020, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

